



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Relatório de Controle Interno

Controladoria

Expediente

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal

Celina Leão Hizim Ferreira

Diretora-presidente do Iprev-DF

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance

Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças

Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Previdência

Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretor Jurídico

Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretor de Investimentos

Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria

Márcio Eduardo de Moura Aquino

Ouvidoria

Régia Marisol Hosana Silva Fernandes

Unidade de Atuária

Jucelina Santana da Silva

Unidade de Comunicação Social

Jucélio Duarte Ponciano

Elaboração

Rogério Correia

Diagramação

Unidade de Comunicação Social

SUMÁRIO

Introdução	5
Gerenciamento dos Pontos de Controle	6
Diretoria de administração e finanças	6
Contabilização da Receita	7
Contabilidade da Despesa	8
Unidade de atuária	9
Avaliação atuarial	9
Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA	10
Diretoria de Previdência	11
Concessão de Aposentadoria/Pensões	11
Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensões ...	11
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR	11
Compensação Previdenciária – COMPREV	15
Controladoria	16
Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	16
Diretoria de Investimentos	17
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR	17
Política de Investimentos	17
Carteira de Investimentos	18
Ativos Não Financeiros	21

Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN	21
Diretoria de Governança, Projetos e Compliance	26
Planejamento Estratégico Institucional	26
Certificação – Pró-Gestão	27
Mapeamento e elaboração de Manual de Processos	27
Conclusão	28

INTRODUÇÃO

A Lei nº 830 de 27 de dezembro de 1994, criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – SICON, em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”. A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

A missão do controle interno é a de promover aos gestores informações em caráter de relevância para auxiliar na tomada de decisão, controlar processos no propósito de atingir as metas, além de resguardar à Administração na definição de suas responsabilidades com o fornecimento de análises, apreciações, recomendações, notas técnicas para garantir um controle efetivo sobre a Instituição.

As ações de controle interno do Iprev-DF são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF por meio da Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI/CGDF.

Por força regimental, dentre as obrigadoriedades da Unidade de Controladoria, cabe à proteção ao patrimônio público através de ações que criem estímulos à aderência às Políticas do IPREV, racionalização dos procedimentos e melhoria de processos e otimização da alocação dos recursos humanos, que incluem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade em respeito à Carta Magna.

A Controladoria do Instituto agrega em suas competências, além das atividades de controle, as atividades de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria e Gerenciamento de Riscos, unidade recém implantada por força de Decreto.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, que tem entre outras funções a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da legislação previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev-DF, é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1º, inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE

Dentre as atividades de Controle Interno por meio da Controladoria cabe salientar os dispositivos regimentais que compõem o alicerce de controle interno bem como o propósito normativo de atender ao Decreto nº 34.367 de 16 de maio de 2013, que enumera as Diretrizes de Controle; Decreto nº 32.840 de 06 de abril de 2011 que sintetiza às ações de supervisão técnica e do Regimento Interno que regimenta a Controladoria, Ouvidoria e demais Gerências

Deve-se levar a cabo a inclusão em estabelecer o mapeamento adequado, mensuração e mitigação de riscos com o propósito de eliminar qualquer entropia que possa comprometer a consecução das atividades delineadas.

Cumpra estabelecer entre a Alta Administração e demais níveis o comprometimento de todas as unidades deste Instituto que, a partir de suas mensurações e riscos, possa-se evitar e antecipar às eventualidades assim ocorridas.

Estas medidas visam a prevenção dos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, fidedignidade e à precisão da informação contábil através de procedimentos de prevenção bem como detecção como iniciativa de proteger erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contabilizada.

Ao valer dos preceitos, o IPREV em sua norma regulamentar possui como condição sine-qua-non as funções de controle interno que devem se subdividir nos seguintes formatos.

- Plano Anual de Auditoria Interna;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- Análise das Contratações;
- Gerenciamento de Riscos quanto à mitigação de erros;
- Ações de Ouvidoria e Controle Social;
- Ações de Correição e Procedimentos Administrativos.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria possui como estrutura regimental as Unidades interseccionais responsável pela gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, patrimônio, administração de materiais e serviços gerais.

Através dela são realizadas a gestão do capital humano da Instituição, plano de aquisições e/ou contratações, contabilidade geral com a elaboração de prestação de contas e a apresentação dos demonstrativos econômicos-financeiros, bem como o estabelecimento do planejamento orçamentário-financeiro com o acompanhamento da gestão do IPREV no que competem à elaboração de subsídios referentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual

Contabilização da Receita

Com o advento da EC n° 103 de 12 de novembro de 2020, a alíquota vinculada ao regime previdenciário sofreu alteração e com a recepção pela LC n° 970/2020 de 11% para 14% a partir de janeiro de 2021 e subdividem-se com as seguintes contabilizações:

Tabela 1 - Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - UG 320201-32203

Mês/Ano	SALDO	Receita Orçamentária	Transf. Financ. Receb.	Receita Extra-Orçamentária	Despesas Orçamentárias	Transf. Financ. Concedidas	Despesas Extra-Orçamentária	Saldo Bancário Conciliado
Jan/23	1.709.771,49	-	1.372.610,57	-	23.972,87	-	1.200.890,82	1.857.518,37
Fev/23	1.857.518,37	30.163,87	1.372.610,57	-	1.071.556,42	-	33,08	2.188.703,31
Mar/23	2.188.703,31	18.322,68	1.372.610,57	557,34	1.112.074,85	-	-	2.468.119,05
Abr/23	2.468.119,05	224,38	1.372.610,57	-	1.085.734,64	-	-	2.755.219,36
Mai/23	2.755.219,36	27.199,68	1.372.610,57	0,03	1.122.969,52	-	-	3.032.060,32
Jun/23	3.032.060,32	23.082,79	1.372.610,57	-	1.292.394,80	-	-	3.135.358,88

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Tabela 2 - Fundo Solidário Garantidor - UG 320202-32203

Mês/Ano	SALDO	Receita Orçamentária	Transf. Financ. Receb.	Receita Extra-Orçamentária	Despesas Orçamentárias	Transf. Financ. Concedidas	Despesas Extra-Orçamentária	Saldo Bancário Conciliado
Jan/23	3.671.074.641,57	160.816,59	14.695,89	-	-	62.779.849,54	-	3.608.470.304,51
Fev/23	3.608.470.304,51	69.222.899,00	15.091,84	-	-	15.091,84	65.015.521,44	3.612.677.682,07
Mar/23	3.612.677.682,07	24.932.582,81	15.198,79	-	-	15.198,79	17.012.703,38	3.620.597.561,50
Abr/23	3.620.597.561,50	81.095.502,01	17.198,79	46,63	-	17.198,79	6.810.966,46	3.694.882.143,68
Mai/23	3.694.882.143,68	78.663.721,36	13.198,79	-	-	13.198,79	1.035.229,68	3.772.510.635,36
Jun/23	3.772.510.635,36	42.581.441,50	15.198,79	-	-	15.198,79	184.204,58	3.814.907.872,28

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Tabela 3 - Fundo Financeiro de Previdência do Distrito Federal - UG 320203-32203

<u>Mês/Ano</u>	<u>SALDO</u>	<u>Receita</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Transf.</u> <u>Financ</u> <u>Recib</u>	<u>Receita Extra-</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Despesas</u> <u>Orçamentárias</u>	<u>Transf.</u> <u>Financ</u> <u>Concedidas</u>	<u>Despesas Extra-</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Saldo Bancário</u> <u>Conciliado</u>
Jan/23	188.889.337,06	263.851.371,34	63.285,9 29,21	266.879,59	61.652.196,19	1.372.610,57	299.955.904,00	153.312.716,44
Fev/23	153.312.716,44	370.869.463,97	570.146, 24	(156.870,18)	357.262.109,85	1.372.610,57	667,01	165.960.069,04
Mar/23	165.960.069,04	395.487.595,67	721.344, 86	(29.620,10)	340.843.299,23	1.372.610,57	130.657,76	219.793.421,91
Abr/23	219.793.421,91	359.826.967,14	396.137, 02	398.802,35	332.388.286,43	1.372.610,57	-	246.654.431,42
Mai/23	246.654.431,42	383.737.373,55	786.990, 73	161.215,08	328.637.053,59	1.372.610,57	-	301.330.346,62
Jun/23	301.330.346,62	381.576.317,10	832.656, 65	(43.512,09)	339.481.461,93	1.375.212,38	1.090,80	342.638.043,17

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Tabela 4 - Novo Fundo Capitalizado - UG 320206-32203

<u>Mês/Ano</u>	<u>SALDO</u>	<u>Receita</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Transf.</u> <u>Financ</u> <u>Recib</u>	<u>Receita</u> <u>Extra-</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Despesas</u> <u>Orçamentárias</u>	<u>Transf.</u> <u>Financ</u> <u>Concedidas</u>	<u>Despesas</u> <u>Extra-</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Saldo Bancário</u> <u>Conciliado</u>
Jan/23	460.048.367,52	14.035.097,87	-	-	2.508,32	-	24.047,09	474.056.909,98
Fev/23	474.056.909,98	38.818.228,09	-	-	24.155,54	131,09	1.406.685,84	511.444.165,60
Mar/23	511.444.165,60	31.108.875,65	-	-	23.870,18	20.232,75	523.634,16	541.985.284,16
Abr/23	541.985.284,16	16.475.703,72	-	605,51	24.655,85	-	1.221.835,92	557.215.101,62
Mai/23	557.215.101,62	31.863.419,07	2.601,81	-	21.709,17	150.666,57	-	586.945.901,30
Jun/23	586.945.901,30	34.742.619,11	-	-	21.886,94	-	147.016,83	618.643.018,41

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Contabilidade da Despesa

A Programação Orçamentária e Financeira para o Exercício de 2022 se encontra definida pelo Decreto nº 42.959 de 28 de janeiro de 2022 com a disposição do cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais compõem a Unidade de Gestão: 320203 que caracteriza o Fundo Financeiro de Previdência. A contabilização se refere ao exercício de 2022 com as seguintes descrições sintetizadas abaixo:

**Tabela 5 - Despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais - UG: 320203
Fundo Financeiro de Previdência do DF**

DESPESAS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias RPPS Financeiro	Aposentadorias compulsórias	Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	APOSENTADORIAS E REFORMAS	Pensões RPPS Financeiro	PENSÕES	AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO
JANFIRO	RS 285.657.064,52	RS 0	RS 0	RS 285.657.064,52	RS 71.717.770,92	RS 71.517.770,92	RS 520.775,56
FEVEREIRO	RS 262.695.339,78	RS 0	RS 0	RS 262.695.339,78	RS 70.123.052,71	RS 70.123.052,71	RS 570.015,15
MARÇO	RS 245.763.988,30	RS 0	RS 0	RS 245.763.988,30	RS 67.586.646,82	RS 67.586.646,82	RS 713.708,52
ABRIL	RS 258.873.637,84	RS 0	RS 0	RS 258.873.637,84	RS 69.378.646,77	RS 69.378.646,77	RS 383.540,61
MAIO	RS 260.967.609,42	RS 0	RS 0	RS 260.967.609,42	RS 73.443.356,35	RS 73.443.356,35	RS 636.324,16
JUNHO	RS 278.765.660,27	RS 0	RS 0	RS 278.765.660,27	RS 78.197.478,27	RS 78.197.478,27	RS 639.675,97
TOTAL				RS 1.026.434.191,94			

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária têm como atributo a produção de estudos de tendências e cenários com a utilização de premissas atuariais para a produção dos estudos e avaliações.

A partir da elaboração de cálculos e estudos atuariais, apura-se o passivo previdenciário onde se verifica o impacto que possam causar ao Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal.

Os estudos atuariais criam subsídios para alteração e implementação de planos previdenciários para novos servidores, aposentados, e pensionistas, além de auxiliar na definição da política de investimentos do IPREV.

Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial apresenta os resultados dos planos de benefícios previdenciários na data-base de 31 de dezembro de 2020, em conformidade ao que dispõe o art. 3º da Portaria/MF nº 464 de 19 de novembro de 2018.

A Lei Complementar nº 932 de 03/10/2017, apresenta a relação de servidores em 2 (dois) grupos:

- **Plano Previdenciário:** abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 27 de fevereiro de 2019; e
- **Plano Financeiro:** abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 27 de fevereiro de 2019..

Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial -DRAA

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, trata-se de documento exclusivo de cada Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da Avaliação Atuarial.

O Quadro-Resumo do IPREV mostra a comparação do atual exercício com os dois últimos exercícios encerrados, conforme exposição abaixo:

Tabela 6 - Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais			
Descrição	2023	2022	2021
Quantidade de Segurados Ativos	6.625,00	4928,00	3458,00
Quantidade de Aposentados	0	0	0,00
Quantidade de Pensionistas	0,00	5,00	0,00
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	6071,90	5815,36	5802,21
Média do Valor de Benefício dos Aposentados	0	0	0,00
Média do Valor de Benefícios dos Pensionistas	3754,46	3719,04	0,00
Média Média dos Segurados Ativos	30,66	30,00	35,30
Idade Média dos Aposentados	0	0	0,00
Idade Média dos Pensionistas	22,83	25,00	0,00
Idade Média Projetada Para Aposentação	30,27	30,77	30,40
BASE TÉCNICA			
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO			
Método de Financiamento Adotado	Orçotaxo	Orçotaxo	Orçotaxo
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	454.055.413,71	213.007.007,59	78.807.023,10
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	3.277.450,72	3.431.212,55	0
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	283.257,66	258.699,92	0
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	2.094.142,66	3.132.662,57	0
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	2.711.679.310,67	3.667.032.273,64	2.583.320.530,92

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência é a Unidade responsável pela formulação de políticas públicas previdenciárias do Instituto através da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários que se encontram dispostos na legislação previdenciária.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de política de gestão e controle das bases de dados cadastrais previdenciárias além da prestação de informações ao Conselho de Administração no que seja pertinente dentre demais atividades de cunho previdenciário.

Concessão de Aposentadoria/Pensões

Durante o exercício de 2023, a DIPREV por meio de suas Unidades Organizacionais realizara as concessões de aposentadoria e/ou pensões no total de 501 concessões de aposentadoria e 240 pensões no exercício, conforme quadro abaixo:

Tabela 7 - Tilte

SEMESTRE	APOSENTADORIA	PENSÕES
1º SEMESTRE	412	208
TOTAL	412	208

Fonte: DIPREV

Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensões

As análises referentes aos atos de concessão de aposentadorias e pensões em formato tempestivo se encontram programadas para a realização durante o 2º semestre de 2023 com a publicação de Ordem de Serviço para a composição da Equipe de Auditoria para análise das concessões.

Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, trata-se de documento destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e possui exigência legal através da Portaria MPS nº 21/2013.

O DIPR só possui validade a partir do envio da Declaração de Veracidade pelo CADPREV-WEB e o Demonstrativo registra os valores arrecadados, bases de cálculos, dentre outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e dos recursos previdenciários dos RPPS.

De acordo com as informações, o DIPR referente ao fechamento do 1º semestre, traz em síntese, os seguintes registros:

Tabela 8 - Tilte

8 - Nº DE EMPREGADOS (somatório das folhas de PASE e da UNIDADE ORÇAMENTÁRIA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
8.1 - SERVIDORES	39.207	39.289	18.809	18.821	28.297	28.877

9 - Nº DE EMPREGADOS (somatório das folhas de PASE e da UNIDADE ORÇAMENTÁRIA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
9.2 - APOSENTADOS			59.700	29.503	59.700	29.503
9.3 - PENSIONISTAS	6	6	13.495	13.479	13.501	13.475
9.4 - DEPENDENTES	1.264	1.240	54.300	51.424	49.665	56.716

10 - INGRESSOS DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
10.1 - Contribuições	26.109.416,98	25.682.633,06	340.001.826,61	399.091.391,01	366.111.243,59	365.774.024,07
10.2 - Apólios			430.008.936,73	4.9.097.522,94	430.008.936,73	419.097.522,94
10.3 - Parcelamentos					6,00	0,00
10.4 - Contribuições pagas na instituição					6,00	1,76
10.5 - Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados					6,00	0,00
10.6 - Resgate de contribuição previdenciária			30.843.414,40	26.427,01	30.843.414,40	26.427,01
10.7 - Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos			40.163.440,54	49.361.832,31	40.163.440,54	49.361.832,31
10.8 - Rendimentos de juros sobre			1.621.171,84	185.533,42	1.621.171,84	185.533,42
10.9 - Outras Receitas					6,00	0,00

11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
11.1 - Aporendável			646.711.739,98	562.505.652,13	646.711.739,98	562.505.652,13
11.2 - Decisão judicial	23.862,36	24.802,95	134.609.426,14	113.264.740,09	134.609.426,14	113.264.740,09
11.3 - Juro de Débito					0,00	0,00
11.4 - Seguro Vida					0,00	0,00
11.5 - Seguro-Funil					0,00	0,00

11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
11.6 - Juro de Débito					0,00	0,00
11.7 - Decisão judicial					0,00	0,00
11.8 - Benefício de responsabilidade do Tercário					0,00	0,00
11.9 - Despesa Administrativa			1.162.809,46	1.271.267,24	1.162.809,46	1.271.267,24
11.10 - Despesas com Investimentos					0,00	0,00
11.11 - Rescisões e outras compensações sociais					0,00	0,00
11.12 - Pagamento de Contribuição Previdenciária			189,81	189,81	189,81	189,81
11.13 - Outras Utilizações			639.264,11	525.673,97	639.264,11	525.673,97

12 - RESULTADO FINAL	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
12.1 - SALDO DO RPPS (RPPS)	20.140.433,54	20.927.403,06	837.728.736,11	884.561.491,24	857.868.869,65	885.488.894,30
12.2 - SALDO DO RPPS (RPPS)	23.862,36	24.802,95	134.730.291,17	113.740.450,26	134.730.291,17	113.740.450,26
12.3 - SALDO DO RPPS (RPPS) A 31/06/2023	20.164.295,90	20.952.206,01	972.459.027,28	998.301.941,50	992.600.000,82	999.229.344,56

Fonte: Controladoria

Tabela 8 - Tilte

9 - N° DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas de ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
9.1 - SERVIDORES	10.207	10.066	68.660	68.821	78.797	78.877

9 - N° DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas de ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
9.2 - APOSENTADOS			59.700	59.583	59.700	59.583
9.3 - PENSIONISTAS	8	6	13.498	13.470	13.502	13.476
9.4 - DEPENDENTES	3.296	3.293	54.300	53.426	57.596	56.719

10 - INGRESSOS DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
10.1 - Contribuições	28.159.416,58	28.682.633,96	380.001.824,51	359.091.391,01	386.181.241,09	365.774.024,97
10.2 - Aportes			420.008.934,73	419.097.522,84	420.008.934,73	419.097.522,94
10.3 - Parcelamentos					0,00	0,00
10.4 - Acréscimos legais de contribuições					0,00	0,00
10.5 - Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados					0,00	0,00
10.6 - Recebimento de compensação financeira			30.543.414,40	26.427.015,59	30.543.414,40	26.427.015,59
10.7 - Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos			86.153.440,54	49.361.832,31	86.153.440,54	49.361.832,31
10.8 - Rendimentos demais ativos			1.021.171,94	185.839,82	1.021.171,94	185.839,82
10.9 - Outras Receitas					0,00	0,00

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS						
11.1 - Aposentadoria			648.711.739,58	662.505.652,15	648.711.739,58	662.505.652,15
11.2 - Pensão por morte	23.862,56	23.862,56	103.699.236,19	111.543.722,79	103.723.098,75	111.567.585,35
11.3 - Auxílio-Doença					0,00	0,00
11.4 - Salário-Maternidade					0,00	0,00
11.5 - Salário-Família					0,00	0,00

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS						
11.6 - Auxílio-Reclusão					0,00	0,00
11.7 - Decisões Judiciais (benefícios)					0,00	0,00
11.8 - Benefícios de responsabilidade da Tesouro					0,00	0,00
11.9 - Despesas Administrativas			1.162.809,66	1.373.267,34	1.162.809,66	1.373.267,34
11.10 - Despesas com investimentos					0,00	0,00
11.11 - Restituições e outras compensações pagas					0,00	0,00
11.12 - Pagamento de Compensação Financeira			185,51	185,51	185,51	185,51
11.13 - Outras Despesas			636.324,15	639.675,97	636.324,16	639.675,97

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	MAI	JUN	MAI	JUN	MAI	JUN
12 - RESULTADO FINAL						
12.1 - TOTAL DE INGRESSOS	26.159.415,58	26.662.633,96	897.728.736,12	654.163.401,47	923.888.202,70	881.846.035,43
12.2 - TOTAL DE UTILIZAÇÃO	23.862,56	23.862,56	754.210.295,10	775.061.496,76	754.234.147,66	775.085.358,32
12.3 - RESULTADO FINAL AFURADO	26.135.554,02	26.638.771,40	143.518.501,02	79.101.907,71	169.654.055,04	104.760.677,11

Fonte: Controladoria

Compensação Previdenciária

A Compensação previdenciária se encontra regulamentada por meio do Decreto nº 10.188/2019 de 20 de dezembro de 2019 que trata da diferença entre o Regime Geral de Previdência e os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios para a contabilização em conjunto com o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

O saldo de Compensação Previdenciária compreende o somatório do fluxo mensal, acumulado e de estoque do Regime Geral de Previdência – RGPS em acordo com a Legislação, ao qual se elenca abaixo:

Tabela 9 - Compensação Previdenciária - COMPREV - Exercício 2023

MÊS DE COMPETÊNCIA	FLUXO MENSAL (1)						FLUXO ACUMULADO (2)		
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	13º FLUXO	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	SALDO
JAN	20.051.850,33	249.772,09	R\$	19.802.078,24	85.943,60	19.716.134,64	R\$	469.655,11	469.655,11
FEV	20.085.876,05	-210.610,94	R\$	19.875.197,91	-99.200,16	19.775.997,75	6.411.150,37	-281.062,55	6.129.787,82
MAR	20.166.325,77	-289.851,04	R\$	19.876.475,73	-392.237,64	19.484.238,09	10.921.854,52	0,00	10.921.854,52
ABR	20.311.751,69	-8.144,22	R\$	20.303.607,47	-101.547,14	20.202.060,33	6.264.711,24	0,00	6.264.711,24
MAI	19.967.849,81	14.894.235,48	R\$	5.073.614,33	-101.256,54	4.972.357,79	8.002.224,32	-157.880,05	7.844.344,27
JUN	19.940.355,09	-614.044,91	R\$	19.326.310,18	-101.088,30	19.225.221,88	222.324,91	0,00	222.324,91
TOTAL	R\$ 120.423.950,54	R\$ 16.266.666,68	R\$ -	R\$ 104.157.283,86	R\$ - 879.273,38	R\$ 103.278.010,48	R\$ 31.844,36	R\$ - 911.402,71	R\$ 30.932.862,65

MÊS DE COMPETÊNCIA	ESTOQUE RPPS (3)					
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	SALDO DA COMPENSAÇÃO (1+2+3)
JAN	0,00	-26.325,31	-26.325,31	R\$ -	-26.325,31	19.222.154,22
FEV	0,00	0,00	0,00	R\$ -	0,00	25.925.280,57
MAR	119.668,20	0,00	119.668,20	R\$ -	119.668,20	30.525.760,81
ABR	58.110,86	0,00	58.110,86	R\$ -	58.110,86	26.424.882,43
MAI	1.457,69	-5.592,72	-5.135,06	R\$ -	-5.135,06	-19.447.546,79
JUN	0,00	0,00	0,00	R\$ -	0,00	-21.577.576,19

Fonte: COMPREV/IPREV

CONTROLADORIA


A Unidade de Controladoria é responsável pelo controle interno, auditoria, correição, gestão de riscos e ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do IPREV na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

Monitoramento do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

O IPREV mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado no fim do exercício de 2023, encontra-se REGULAR, conforme validade abaixo:

Imagem 1 - Certificado de Regularidade Previdenciária - CPR

 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Governo do Distrito Federal UF: DF
CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26

FÉRIAS PROPRIAS, NA FORMA DE DIÁRIOS NÃO ABRE Nº 136 EM Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.768, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.487, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTES CERTIFICADOS.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União deverão observar, precisamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do estado.

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio de internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.defp@brasil.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 06/12/2022
VÁLIDO ATÉ 04/06/2023



Fonte: COMPREV/IPREV

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos coordena os recursos do IPREV por segmentos de ativos conforme a pactuação na política de investimentos e das deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR.

A Unidade realiza análise quanto ao cenário macroeconômico para observar os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo IPREV além de propor a Política Anual de Investimentos e suas revisões para deliberação da Diretoria Executiva – DIREX e do Conselho de Administração – CONAD.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR

O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR apresenta mensalmente as informações sobre a carteiras de investimentos do RPPS além dos dados cadastrais do ente federativo, da unidade gestora do RPPS e seus respectivos responsáveis.

A apresentação do Demonstrativo neste Relatório irá proporcionar densidade longa, e diante da quantidade, sugere-se consulta ao sitio: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>. Entretanto, cabe registrar o total de recursos, assim discriminados abaixo:

Tabela 10 - Title

TOTAL DE RECURSOS DO RPPS PARA CÔMPUTO DOS LIMITES	RS 4.927.648.489,88
TOTAL GERAL DE RECURSOS DO RPPS	RS 5.968.464.299,28

Fonte: CADPREV/DAIR

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos se encontra regulada pela Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social – RPPS. A Política contempla a adoção de métodos que possam promover a ampliação dos recursos através da utilização de fundos de investimento em observância aos critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico, experiência de atuação e outros destinados à mitigação de riscos.

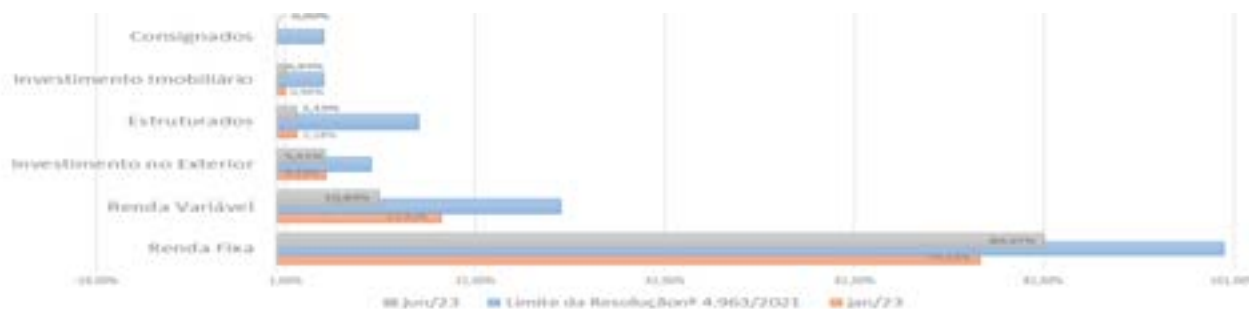
A Política é elaborada e proposta pela Diretoria de Investimentos e submetida à aprovação do Comitê de Investimento e Análise de Riscos onde será apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração – CONAD.

A Política se encontra disponível no website do Iprev por meio do link: <https://www.iprev.df.gov.br/politica-de-investimento/>

Carteira de Investimentos

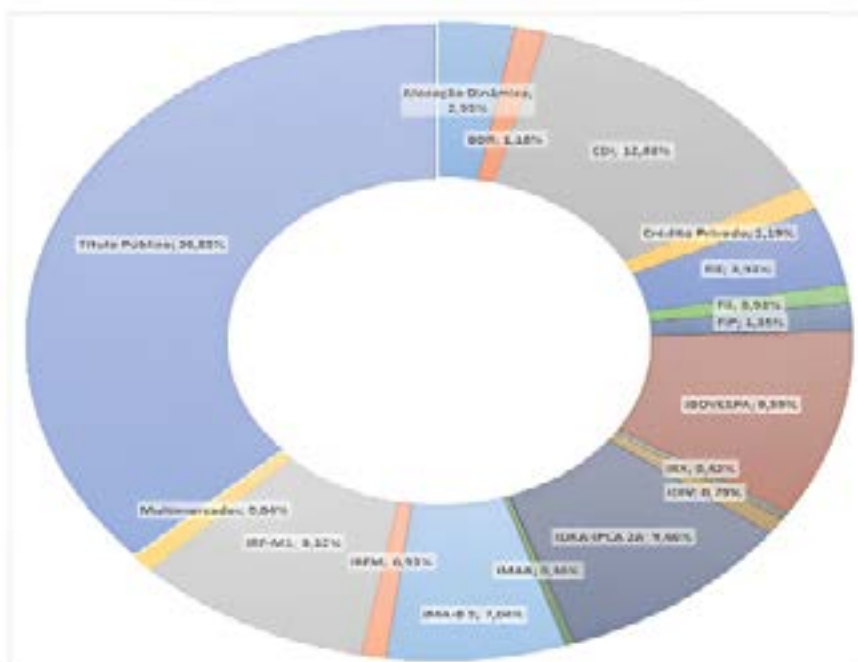
A Carteira de Investimentos, com posição no 1º semestre de 2023, traz os investimentos que foram realizados e suas capitalizações de acordo com a Política de Investimentos. De acordo com o mês de setembro, a carteira se encontra subdividida na seguinte composição:

Gráfico 1 - Fundo Solidário Garantidor



Fonte: DIRIN

Gráfico 2 - Composição da Carteira do FSG 1º SEM 2023



Fonte: DIRIN/IPREV

Tabela 10 - Detalhamento do acumulado no mês de Junho/23
Fundos de investimento do Fundo Financeiro

Nome	Reint. Acumulada	Rendimento em Junho	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 10.734.534,86	R\$ 2.546.030,65	R\$ 17.686.026,81
BRDESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 48.259,71	R\$ 24.389,71	R\$ 5.775.109,59
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 1.122.119,72	R\$ 859.680,74	R\$ 304.537.606,60
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 18.521,39	R\$ 3.130,12	R\$ 289.631,14

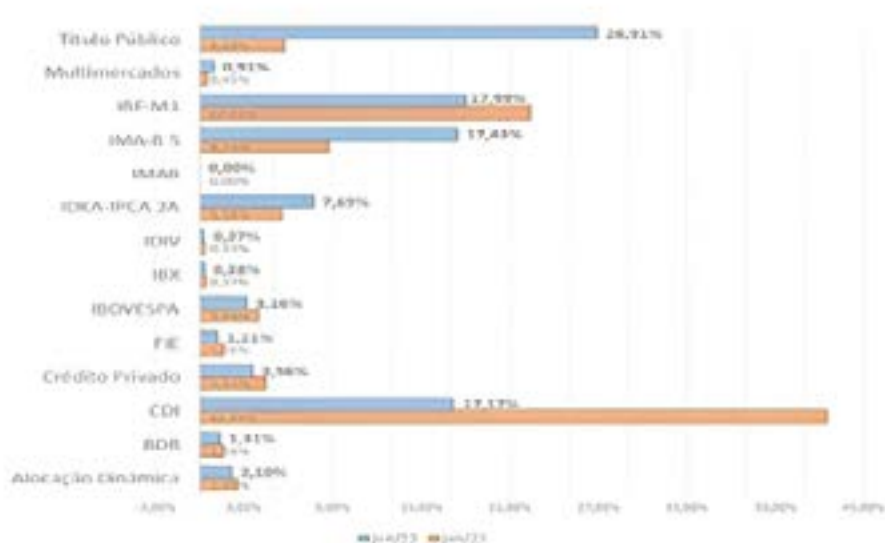
Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV

Tabela 11 - Detalhamento do acumulado do 1º semestre
Fundos de Investimento da Taxa de Administração

Nome	Reint. Acumulada	Rendimento em Junho	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 103.946,63	R\$ 22.543,95	R\$ 3.050.370,71
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 57,29	R\$ 10,24	R\$ 947,49
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.116,43	R\$ 238,67	R\$ 24.170,59

Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV

Gráfico 3 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação no 1º semestre de 2023



Fonte: DIRIN/IPREV

Tabela 12 - Demonstrativo por Segmento, artigo da Resolução CMN 4.963/2021, Limites e posição atual da carteira

SEGMENTO	Artigo	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN % (Pró-Gestão)	LIMITES DA PI (%)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)
RENDA FIXA	Art. 7º, I, a	Títulos Públicos Federais	100	100	R\$ 1.622.938.901,72	33,10%
	Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos TN	100	100	R\$ 1.298.644.346,01	26,48%
	Art. 7º, I, c	Fundos Renda fixa "livre"	100	100	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, II	Operações Compromissadas	5	5	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	70	70	R\$ 1.116.186.143,94	22,76%
	Art. 7º, III, b	ETF - Fundos de índice de renda fixa	70	70	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, IV	Obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas	20	20	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, V, a	FIDC	10	10	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, V, b	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10	10	R\$ 69.334.097,96	1,41%
	Art. 7º, V, c	FI Debêntures de Infraestrutura	10	10	R\$ 0,00	0,00%
RENDA VARIÁVEL	Art. 8º, I	FI de Ações	40	40	R\$ 449.752.631,39	9,17%
	Art. 8º, II	ETF - Índices de Ações - Art. 8º, I, b	40	40	R\$ 0,00	0,00%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Art. 9º, I	Renda Fixa "Divida Externa"	10	10	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10	10	R\$ 162.887.661,95	3,32%
	Art. 9º, III	Fundos BDR - Nível 1	10	10	R\$ 54.817.500,72	1,12%
ESTRUTURADOS	Art. 10, I	Fundos Multimercados	10	10	R\$ 311.755.025,58	6,29%
	Art. 10, II	Fundos em Participações - FIP	5	5	R\$ 53.359.831,08	1,09%
	Art. 10, III	Fundos "Mercado de Acesso"	5	5	R\$ 0,00	0,00%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Art. 11	FI Imobiliário - FII	5	5	R\$ 16.717.667,92	0,35%
CONSIGNADOS	Art. 12	Consignados	5	5	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL					4.903.393.808,22	

Fonte: DIRIN/IPREV

Ativos Não Financeiros

A Carteira de Imóveis é composta por 44 imóveis incorporados ao patrimônio pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG pela Lei Complementar nº 917/2016 e pela Lei Distrital nº 5.729/2016. Outras atividades que compõem os ativos não financeiros são de rentabilizar os bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor através de Participação Acionária, Dividendos e Juros sobre capital próprio das Estatais onde possui ação, permissão de uso a título oneroso, através da seguinte composição:

Tabela 13 - Detalhamento da motivação e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros de FSG junho/2023

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	642.231,01	-	642.231,01
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	160.658.018,28	131.328.096,66	29.329.921,62
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	325.573.589,59	325.573.589,59	0,00
Direito Superfície - Estac onamentos	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.107.141.695,37	1.077.169.542,74	29.972.152,63

Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV

Demonstrativo das Políticas de Investimentos - DPIN

O Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN dispõe sobre a aplicação dos recursos do RPPS mediante o envio à Previdência. No DPIN pode-se consultar os dados do ente, meta de rentabilidade e resumo analítico de diversas avaliações técnicas e suas estratégias conforme a Resolução 3922 do CMN e da Portaria MPS nº 519/2011.

A apuração referente ao exercício de 2023 se constitui no seguinte formato:

Tabela 14 - Fundos/ Planos constituídos, Estratégias de Alocação, Descritivas e Demais Ativos

FUNDOS / PLANOS CONSTITUÍDOS		
CNPJ	Nome	Natureza
10.203.387/0002-18	Fundo Financeiro de Previdência dos Servidores do DF	Civil - Financeiro
33.863.225/0001-20	Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal	Civil - Previdenciário
10.203.387/0003-07	Fundo Solidário Garantidor dos Servidores do Distrito Federal	Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO								
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null (%)	META DE REFINANCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DESEMPENHADO	RECURSO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 6 EXERCÍCIOS	
							LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR NYrel 1	10,00	R\$ 1.000.000,00 (%) 100,00	Limite Superior: 10,00 Limite Inferior: 10,00 Estratégia Alvo: 100,00				

ESTRATÉGIAS DESCRITIVAS	
SEGMENTO	Investimentos no Exterior
O TIPO DE ATIVO	Fundo de Ações BDR Nível 1
ESTRATÉGIAS	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços
	Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de e uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas
	Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS
	Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão
	Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados
DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO - DEMAIS ATIVOS				
SEGMENTO	O TIPO DE ATIVO	POSICÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Imóveis	Casa	R\$ 3.872.000,00	Avaliação da Situação Metodológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para correção da posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi dividida em 6 blocos mais 1 Bloco de Remanes (7 Blocos no Total). Destes formam a Casa 05, Conjunto 0, Lote 5, L, integra o 1º Bloco (VORTE); visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Preço Estimado: Até o final de 2020; Já a Guerra 14, Conjunto A-S, Lote 12, Soladinho, integra o 1º Bloco (VORTE e AMARILLO) visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Aumentar-sei possibilidade de venda.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SU nº 00413-0000040-2019-21 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de Investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "mercado aumentado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 5.922/2010, em especial o da transparência e o da remediabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terceira agência oficial digital na operacionalização de atividades imobiliária.
Imóveis	Apartamento	R\$ 15.750.000,00	Avaliação da Situação Metodológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para correção da posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi dividida em 6 blocos mais 1 Bloco de Remanes (7 Blocos no Total). Destes formam os apartamentos da 505 015, Bloco B, Apartamentos 201, 202 e 407/011, bem como a 505 201, Bloco A, Apartamentos 208/204, 301, 302, 401, 501, 604, 606 e os de 808 216, Bloco E, Apartamentos 100, 202 e 408, integram o 1º Bloco (VORTE e AMARELO); visando venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Preço Estimado: Até o final de 2020; Já os de 808 200, Bloco A, Apartamentos 121, 404 e 506; bem como da 505 015, Bloco C, Apartamento 604 e da 505 400, Bloco D, Apartamentos 100, integram o 2º Bloco (VERDE e AZUL); proposta de permissão por outros imóveis do RPPS.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SU nº 00413-0000040-2019-21 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de Investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "mercado aumentado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 5.922/2010, em especial o da transparência e o da remediabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terceira agência oficial digital na operacionalização de atividades imobiliária.

Fonte: CADPREV/DIRIN

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e Compliance é a Unidade responsável pelos projetos, ações estratégicas, monitoramento, avaliação de resultados do IPREV.

A Unidade estabelece o Planejamento Estratégico Institucional bem como a programação e acompanhamento de suas ações. Auxilia no desenvolvimento do IPREV, gestão de integridade e compliance

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico Institucional do IPREV se encontra em andamento com o início para o ano de 2021 e encerramento em 2025. O Mapa Estratégico foi aprovado para o quadriênio em 16/12/2020, através do processo nº00413-00003261/2020-36 e se encontra com as seguintes características:

Imagem 2 - Title



Fonte: CADPREV/DIRIN

Certificação Pró-Gestão

Como parte do Planejamento Estratégico do IPREV, a Governança tem como meta promover a certificação pró-gestão do IPREV. Para isso, a Governança estabeleceu como meta nos projetos estratégicos a certificação pró-gestão. Como critério para alcance, houve a contratação de empresa credenciada pela Previdência Social por meio do processo nº 00413-00000583/2021-12 com a publicação do Contrato no DODF nº 212 de 12 de novembro de 2021, onde a entidade obteve a certificação em padrão nível II.

A certificação incentiva os Institutos de Previdência a adotarem boas práticas de gestão onde possuem como funções basilares os Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária,

Esta certificação trata como um reconhecimento de que a Autarquia vem adotando as melhores práticas de gestão previdenciária, proporcionando um maior controle dos seus ativos e passivos com maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Mapeamento e Elaboração de Manual de Processos

A Governança realiza o mapeamento e modelos de processos para produzir opções de gerenciamento e indicação dos processos de negócios. O mapeamento e elaboração de manual, possui disposição no próprio manual de pró-gestão desenvolvido pela Secretaria de Previdência.

Existem projetos em revisão que fazem parte dos projetos estratégicos para desenvolver padrões estabelecidos pelo pró-gestão. Atualmente são eles:

- Revisão de Aposentadorias;
- Concessão de Pensão;
- Revisão de Pensão;
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e;
- Aposentadorias: compulsória, especial, invalidez e voluntária

CONCLUSÃO

O Relatório de Controle Interno tem como objetivo identificar de forma sucinta as Unidades pertencentes ao IPREV no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais; apresentação de Planos de Contas Contábil, dos Fundos Previdenciários, critérios de premissas atuariais, metodologia aplicada aos investimentos, critérios de Governança e Compliance.

Tem-se como propósito facilitar o Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo de promover maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de Planos de Contingenciamento. Ao utilizar estas ferramentas, há de se produzir maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e conseqüentemente na criação de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal